

# BC negociará taxa de risco "histórica" de 1%

Na próxima semana, o diretor da Área Externa do Banco Central, Antônio Pádua Seixas, retornará aos Estados Unidos com a missão de negociar, junto aos credores externos brasileiros, uma taxa de risco "(spread)" histórica, por volta de 1%, e ao mesmo tempo tentar a troca da taxa base para cálculo de juros, substituindo a prime rate norte-americana pela libor londrina.

A missão da próxima semana deverá ser a primeira de uma série de conversas, já que o governo brasileiro tem até 15 de março para acertar o acordo diretamente com os banqueiros internacionais. É uma das pré-condições do acordo é que tanto juro à base do libor quanto o spread histórico tenham efeito retroativo a 20 de janeiro, hoje, portanto.

"O efeito retroativo foi uma concessão inédita dos banqueiros", afirmou, ontem, o presidente do Banco Central, Fernão Bracher.

"Preto no branco, nada foi acertado, nem o prazo de 60 dias para negociarmos o definitivo. Mas, se tudo correr bem, só precisaremos agora nos preocupar com a negociação da dívida externa no começo de 1987", acrescentou.

Fernão Bracher chegou a Brasília no início da tarde de ontem, depois de longa negociação com os banqueiros norte-americanos. Descansou, tomou um banho de piscina em sua mansão oficial no Lago Sul e, no final da tarde, calçando sandálias franciscanas e de excelente humor, decidiu receber rapidamente a imprensa. "Foi uma boa negociação. Conseguimos um meio termo entre o que pedíamos e o que os banqueiros queriam conceder", disse ele.

Na sua opinião, duas vitórias importantes foram conseguidas pelo Brasil nessas negociações: a exclusão do Fundo Monetário Internacional dos entendimentos e os juros históricos com efeito retroativo.

"O mais importante é que agora teremos tempo para cuidar da nossa economia interna e de preparar o reescalonamento global", disse Bracher, em determinado momento da entrevista.

"Trocando em miúdos", o que o governo conseguiu negociar na semana passada nos Estados Unidos, segundo explicação do próprio presidente do Banco Central, foi um aval do Comitê de

Assessoramento dos bancos credores, sem a participação do FMI, para que seja negociado até 15 de março um acordo direto com os bancos credores.

Entre outros acertos, o Comitê de Assessoramento concordou em recomendar a transformação dos créditos vencidos em 1985 em empréstimos de sete anos, com cinco de carência; que todos os vencimentos de 1986 sejam depositados no Banco Central do Brasil, com o dinheiro bloqueado servindo para a contração da base monetária, no combate à inflação; que os juros que vencerem a partir de hoje serão pagos sempre com base na taxa londrina (em média, um ponto percentual menor que a taxa norte-americana); e que a taxa de risco para o Brasil terá uma redução substancial, segundo as palavras de Bracher.

O Brasil já tem cerca de US\$ 6 bilhões depositados em bancos estrangeiros e deve depositar, este ano, mais US\$ 8 bilhões, calcula o presidente do Banco Central. "Se tudo der certo e a se a 'libor' permanecer por volta de 1%, teremos uma economia de US\$ 140 milhões no pagamento da dívida".